

BARCELONA – GAC: Discussão da sessão sobre CCs pós-GDPR
Quarta-feira, 24 de outubro de 2018 – 13h30 às 14h CEST
ICANN63 | Barcelona, Espanha

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Essa é a sessão do GAC, vai ter discussão e estamos na reunião 63 da ICANN, em Barcelona.

MANAL ISMAIL: Bem-vindos, peço, por favor, que ocupem seus lugares porque vamos dar início à sessão em alguns minutinhos, obrigada. Muito obrigada pela paciência, pedimos desculpas por começar um pouquinho mais tarde, essa é uma continuação do que estivemos falando sobre o GDPR, perante o que acaba de ser concluído no grupo intercomunitário na sessão do grupo intercomunitário, talvez possamos utilizar essa sessão para fazer um resumo da nossa opinião como GAC, diante do que se debateu, discutiu antes, e o que se escutou na reunião que acaba de finalizar, vou passar a palavra para Lauren, ou para Cathrin.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada, boa tarde a todos, sou uma das co-presidentes do grupo de trabalho de segurança pública, vamos falar agora depois da sessão intercomunitária sobre o GDPR, e para começar, quero compartilhar nossos objetivos para essa sessão, temos apenas 30 minutos, e o que esperamos fazer é em primeiro lugar, resumir, recapitular o que, que

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

aconteceu nessa sessão intercomunitária, quais as suas impressões, o que, que vocês acharam da evolução dessa sessão intercomunitária, e depois tentar analisar a discussão do GDPR dessa semana, hoje vai ser a última sessão sobre o GDPR, então temos que pensar em tudo quanto se falou sobre o EPDP, o modelo unificado, todas as conversas que se deram nos diferentes grupos de partes interessadas, e com essa base, quais os passos futuros para o GAC, o que, que isso significa. Queremos ver como que iremos participar nas deliberações futuras, e eu espero que esses sejam os pontos a abordar nessa meia hora, na sessão de CC, podemos começar com as nossas próprias reflexões do que é que vimos nessas deliberações. Laureen.

LAUREEN KAPIN:

Também quero agradecer muito mesmo, os nossos membros da comunidade maior do GAC, que participaram, Chris Lewis-Evans, Cristina Monti, e Ashley Heineman, todos eles puderam dar boas perspectivas sobre o trabalho do EPDP, as preocupações que tem os organismos de aplicação, da lei, o que tem a ver com proteção dos dados, os três realmente deram perspectivas singulares e foram muito importantes para discussão intercomunitária. Eu gostaria de começar com um dos pontos mais importantes surgidos na discussão.

É a necessidade do trabalho rápido, que leve a um produto definitivo, no que tem a ver com o modelo de acesso unificado porque foi a discussão, a discussão falou sobre o impacto negativo, a falta de uma abordagem uniforme, que possa se aplicar aos interesses dos profissionais da cyber segurança, dos organismos encarregados da

aplicação da lei, também do SSAC, Greg Aaron falou, ele está na linha de fogo da cyber segurança, não sabe como pedir essa informação, então há diferentes políticas sobre como pedir essa informação, eu acho que esse ponto realmente ficou bem claro para todos.

Também do lado otimista, escutamos os registradores, os registros, dizendo que existem sistemas que já foram implementados, que dão acesso a esses dados não públicos, principalmente os órgãos encarregados da aplicação da lei, principalmente no Reino Unido, um registrador que tenha um sistema unificado, para que os organismos de segurança do Reino Unido possam se autenticar, antecipadamente, e esse é um modelo que outros registradores podem ver, para trabalhar com seus próprios organismos de segurança locais.

E também escutamos estatísticas desses registros, ondem dizem que mais de 96% dos pedidos de acesso recebem um ponto positivo. Então, isso nos mostra que existe uma necessidade urgente de ter esse modelo, mas também que os registradores agora que estão fazendo isso, dizem que o trabalho da comunidade continua e pode chegar a resultados assim que possível, então não é necessário fazer uma pausa então, ou fazer deliberações em sequência, para que o modelo de accesos unificado se dê depois que finalize o processo expeditivo do processo de desenvolvimento de políticas.

Se foi apresentado um argumento que dizia que começamos a falar do tema de acesso bastante complexo, as pessoas vão se distrair, e então parece que nós certamente queríamos voltar um tempo atrás, e ter um

acesso completo ao WHOIS. Mas o moderador do painel foi muito eficaz para poder entender o que estava acontecendo, e tinha mais de 100 pessoas na sala.

Bruce Tompkim perguntou diretamente: “quem nessa audiência pensa que temos que voltar ao acesso pelo ao WHOIS?” sabem quantas pessoas levantaram a mão? Somente uma. Apenas uma pessoa. Então digamos que com isso então abrimos as dúvidas a respeito do acesso pleno, ninguém quer voltar aos dias prévios ao GFPR, não cumprir com a lei. Acho que o painel foi muito eficaz nesse sentido, e é algo que nós devemos considerar no GAC na assessoria. Uma assessoria prévia do GAC no Panamá, podemos voltar a assessorar dentro do comunicado quando se faz um acompanhamento, segmento de assessoramentos, ou assessorias anteriores. Essa é uma das coisas que acho que eu levei como mais importante da reunião. E agora passo a palavra para Cathrin.

CATHRIN BAUER-BULST:

Sim, acho que ela falou sobre os pontos que eu queria mencionar, e para complementar, Cris durante no painel, esse reconhecimento de que devemos modificar a maneira de ver o WHOIS, de enxergar o WHOIS, também se dá num período muito breve, muito rapidamente da perspectiva da audiência teria sido diferente, mas agora que já foi aceito, e que chegamos a uma nova compreensão do WHOIS, estamos numa melhor posição para ter uma discussão construtiva.

E vi o que tinha a ver com deliberações e como sem deram durante toda a semana de reuniões, sinto que é encorajador, porque estamos

em deliberações mais construtivas das anteriores, principalmente quando se fala do que é comunitário, e nos focamos em avançar e não em repetir as posições que tínhamos no passado. Porque isso não seria útil, uma das coisas que surge e se destaca nessa altura, é que recebemos voluntários de todas as áreas sobre o impacto da política do WHOIS, a evidência sobre o impacto da especificação temporária também, e as pessoas estão pensando no impacto de qual pode ser a política futura, e quais as considerações a levar em conta.

É uma contribuição muito importante para esse tema. Para essas partes da comunidade que prefeririam diferir o debate sobre o acesso que nós como GAC não necessariamente temos que acordar com essa posição, inclusive essa parte da comunidade reconhece que existe um interesse de política pública muito importante, que fazem com que o acesso tenha que ser permitido.

Então vamos continuar avançando no tema, e agora nós como GAC, já dissemos hoje que não há muitos argumentos para diferir o debate, a discussão, porque precisamos ter um processo onde sejam coletados os dados, que exista uma reflexão para separa-lo do que são as condições de acesso a esses dados.

Vamos ter que dar acesso a esses dados, temos que ver na quem e também se temos dados coletados que desaparecem, também devemos discutir sobre o tema, mas não diferir o debate sobre o acesso. Acho que o debate do GAC hoje confirmou qual a posição, como podemos continuar, e o que devemos considerar antes do vencimento da especificação temporária. Coisas que devemos fazer

rapidamente. É isso o que podemos colher da sessão da manhã. Houveram três participantes, então se alguém quisesse falar, Kavouss.

IRÃ:

Obrigado Cathrin, obrigado a todos, nós significa GAC, nós sabemos o que queremos, mas temos que convencer os outros, para reconhecer o que nós queremos. Eu não penso que possamos falar, como para dizer como entendemos o que entende o GAC, porque alguns pensamos que precisamos algo imediatamente possível, porque vemos que a lei deixou um vazio que não serve aqueles que têm que aplicar a lei, porque não tem acesso.

Outros dizem: “sim, podemos fazer, mas conforme o princípio, o cronograma que diz a carta constitutiva, fica para o final então”, alguns dizem: “podemos fazê-lo depois do período de um ano”, á outros que dizem, podemos fazê-lo dentro da mesma equipe, outros dizem não, temos que criar uma equipe diferente, PDP diferente, e hoje escutei uma pessoa dizendo: “não precisamos um modelo de acesso unificado”, então nós temos que fechar essa brecha, o que, que nós pensamos no GAC? Nós não somos autores dessa carta orgânica, devemos respeitá-la, mas ela evita que a equipe responsável de EPDP, comece a abordar o modelo de acesso unificado imediatamente depois de abrir a comentários públicos, o relatório inicial há 45 dias, e durante esse período podemos analisar a questão.

O objetivo é que dentro desse ano tudo tem que ser finalizado. Então o prazo padrão de que nada se acorda até estar tudo acordado, pode prevalecer. Agora, se acordamos adia-lo para depois, não vai ser

adequado e menos passar para outro EPDP, etc., há pessoas que continuam apoiando essa posição. Mas têm que haver uma coordenação com o processo de desenvolvimento de políticas, então devemos transmitir a nossa mensagem de forma mais construtiva e adequada a uma equipe responsável do EPDP, para começar a fechar a brecha. Continua havendo comunidades ou grupos interessados que pressionam para isso, nós devemos adia-lo. Porque há outros que não tem a mesma opinião.

Nós devemos fazê-lo, não é dizer: isso é o que queremos, todos sabem o que queremos. Mas devemos achar um equilíbrio com o que quer o resto para chegar em parte a esse equilíbrio, e chegar por consenso. Essa deve ser a mensagem.

LAUREEN KAPIN:

Obrigada, Kavouss, sei que Estados Unidos quer falar, mas também quero aqui esclarecer que a forma em que se reflete o acesso na carta constitutiva do EPDP não é sinônimo do modelo de acesso unificado, que tem a ver com um processo, um procedimento totalmente diferente. Então acho que é diferente marcar essa diferença porque estamos falando de um modelo de acesso unificado que fala de diferentes coisas que estão por fora do processo do EPDP, como por exemplo, como geramos o sistema de credenciamento para esses grupos, normas, para esses grupos de usuários, o ponto geral que acaba de indicar ou assinalar, sim devemos leva-lo em consideração porque nós temos que persuadir as pessoas de que obviamente tem mérito a nossa opinião.

ESTADOS UNIDOS: Eu gostaria de admirar o otimismo de Kavouss, eu não sou tão otimista assim, porque eu acredito que não está no estatuto o modelo de acesso unificado ou universal, mas eu acho que o debate deve acontecer depois de todas essas perguntas de acesso. E acho que depois disso, EPDP poderá mencionar essa questão, o relatório vai sair em novembro, não vai ser a política final que estamos propondo, nem a definitiva, e talvez devemos seguir apregoando sobre essa questão de forma mais construtiva, e também temos uma conversa paralela para poder começar e entender o que nós estamos dialogando aqui. Mas sim, eu acho que devemos ser um pouco mais leves na retórica, com um tom melhor, mais suave para que as nossas propostas sejam entendidas e eventualmente aceitas.

LAUREEN KAPIN: Há mais alguém que queira dizer alguma coisa sobre a sessão intercomunitária e como isso pode ter impacto no tom do nosso comunicado?

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada pelos comentários dessa sessão então, e acho então que vamos voltar à uma perspectiva mais ampla dos debates da semana, com algumas reflexões, e aprendizados. Tem a ver com quão útil ter evidência do impacto das mudanças implementadas até o presente, e dos impactos potenciais do que possa acontecer no futuro.

Agora quanto à política futura, ela também terá impacto sobre as partes contratadas, usuários do WHOIS e o resto da comunidade, é muito útil saber o que poderia acontecer, e sabemos também o que poderia acontecer aqui nessa mesma sessão, e nas próximas sessões da ICANN, o tom deve ser de maior colaboração, de mais consulta, e o que fica claro é que não necessariamente o GDPR em si mesmo não é o problema, mesmo se houver pessoas que considerem isso dessa maneira.

Os números mudam, o GDPR não evita o tratamento, ou o processamento dos dados, mas isso não pode interferir com os direitos fundamentais dos seres humanos, e não podemos aplicá-los sem consideração e deixá-lo da maneira que está, esse é um bom ponto de início, e elaborar uma boa política para o futuro.

IRÃ:

Obrigado, Cathrin. Não ficou muito claro. Eu não estava referindo-me aqui depois da apresentação do relatório inicial, tivéssemos que começar a trabalhar sobre o modelo de acesso unificado, mas vamos trabalhar sobre o acesso, os dados que coletamos, como os tratamos, como os revelamos, os transferimos, os armazenamos, e por último ver qual é o acesso para tudo isso. Devemos falar sobre o acesso antes de que o relatório inicial seja concluído. Não estou falando sobre o modelo de acesso unificado, só sobre o acesso, muito obrigado.

CATHRIN BAUER-BULST: Então obrigada a todos, obrigada pelos comentários, e vamos levar isso em conta, vamos refletir sobre tudo isso, para ver como isso poderá ser refletido, incorporado ao contexto do communicate e ver maneiras em que o GAC esclareça a sua posição para o resto da comunidade, muito obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigada, Cathrin, obrigada também a todos vocês, estamos acabando aqui essa sessão, e peço que esperem uns minutos, porque vamos colocar aqui na tela a versão atualizada do communicate e os co-presidentes da CCWG...